

AO JUÍZO DA ___ VARA DE FAMÍLIA, DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DE XXXXXXXX/UF

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, menor impúbere, nascido em XX.XX.XXXX, com 4 (quatro) anos de idade, CPF nº , filho de PAI e MÃE, representado por sua genitora, **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, nascida em XX.XX.XXXX, natural de XXXXX/UF, filha de PAI e MÃE, RG nº SESP/UF e CPF nº , residente e domiciliada no ENDEREÇO, telefones: , e-mail: XXXXXX@XXXXX.com, vem, perante Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, ajuizar

AÇÃO DE ALIMENTOS

em desfavor de **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, nascida em XX.XX.XXXX, natural de XXXXX/UF, filha de PAI e MÃE, RG nº SESP/UF e CPF nº , residente e domiciliada no ENDEREÇO, telefones: , e-mail: XXXXXX@XXXXX.com, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

PRELIMINAR: DA NÃO INCLUSÃO DOS DADOS DA PARTE REQUERIDA (RG E CPF E E-MAIL)

Por problemas operacionais, todos os Defensores Públicos do DF estão impossibilitados de acessar a rede INFOSEG, dessa forma, se torna inviável a consulta e inclusão dos dados pessoais da parte requerida (CPF e RG e e-mail).

Sendo assim, nos termos do art. 319, §1º, do CPC, solicita a parte requerente que seja realizada a consulta via sistema INFOSEG com intuito de se obter os referidos dados.

I - DOS FATOS:

O requerente é filho do requerido, conforme Carteira de identidade, em anexo.

Os genitores são casados civilmente e estão separados de fato desde janeiro de 2018. O divórcio está sendo tratado em ação autônoma.

Atualmente, o requerente reside com a sua genitora, também será proposta ação autônoma de guarda.

O requerido não oferece qualquer ajuda financeira para o filho menor.

Desde a separação do casal, as despesas têm sido suportadas pela genitora, que é auxiliar de serviços gerais e recebe o salário base de R\$ (XXXXXX), conforme cópia do contracheque, em anexo.

Para suportar as despesas, a genitora do menor conta com a ajuda da sua mãe (avó materna do requerente), que tem renda mensal de um salário mínimo.

A genitora do menor possui mais outros dois filhos, frutos de outro relacionamento, FULANO DE TAL, de 25 (vinte e cinco) anos de idade, e FULANO DE TAL, de 16 (dezesseis) anos de idade. Residem com a genitora o requerente e o filho FULANO DE TAL, de 16 anos.

O requerido possui outras 03 (três) filhas fruto de outro relacionamento, quais sejam: FULANO DE TAL, de 20 (vinte) anos de idade, FULANO DE TAL, de 18 (dezoito) anos de idade, e FULANO DE TAL, de 17 (dezesete) anos de idade, que residem com a mãe. O requerido não paga alimentos a nenhuma das outras filhas.

O requerido exerce a mesma atividade que a genitora, auxiliar de serviços gerais e o último salário que se tem notícia (2016) é de R\$ (XXXXXX reais), sabe-se que o requerido continua trabalhando na mesma empresa e que houve melhoria salarial.

Assim, o Requerido pode e deve colaborar com a manutenção das despesas do filho, com valor condizente com as suas possibilidades e com a necessidade do requerente, conforme as despesas básicas abaixo relacionadas.

II - DAS NECESSIDADES DA REQUERENTE:

O Requerente possui as seguintes necessidades básicas mensais:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Alimentação	
Vestuário	
Saúde	
Lazer	
Aluguel, Água e Energia Elétrica (R\$ 600,00 para 3 pessoas)	
TOTAL	

O gasto mensal do requerente é, portanto, de **R\$ (XXXXXX)**.

A genitora não recebe auxílio de bolsa família.

Assim, a genitora passa por dificuldades para custear todas as despesas do requerente, por diversas vezes atrasa o pagamento do aluguel por estar com orçamento apertado para pagá-lo.

III - DAS POSSIBILIDADES DA GENITORA DO MENOR:

A genitora do menor possui mais outros dois filhos, frutos de outro relacionamento, FULANO DE TAL, de 25 (vinte e cinco) anos de idade, e FULANO DE TAL, de 16 (dezesseis) anos de idade. Residem com a genitora o requerente e o filho FULANO DE TAL, de 16 anos.

A genitora do requerente é auxiliar de serviços gerais e recebe o salário base de R\$ (XXXXXX), cópia do contracheque, em anexo.

Logo, a contribuição do requerido, com valor condizente com as suas possibilidades, torna-se imprescindível para o sustento do requerente.

IV - DAS POSSIBILIDADES DO REQUERIDO:

Pelo que se teve notícia, o Requerido trabalha como auxiliar de serviços gerais. Estima-se que recebe, mensalmente, o valor de R\$ (XXXXXX reais), mas sabe-se que houve melhoria salarial.

O requerido reside em **casa própria** construída no lote de seu pai e não tem despesa com aluguel.

O requerido possui outras 03 (três) filhas fruto de outro relacionamento, quais sejam: FULANO DE TAL, de 20 (vinte) anos de idade, FULANO DE TAL, de 18 (dezoito) anos de idade, e FULANO DE TAL, de 17 (dezessete) anos de idade, que residem com a mãe. **O requerido não paga alimentos a nenhuma das outras filhas.**

Posto isto, a Requerente postula a fixação de alimentos no importe de **30% (trinta por cento) dos rendimentos brutos do genitor**, já deduzidos os descontos obrigatórios (INSS e IRRF), incidentes sobre o 13º salário, as férias e demais verbas remuneratórias, com desconto em folha de pagamento do Requerido e depósito na conta corrente de titularidade da genitora da menor, a saber: **FULANO DE TAL**, CPF nº , Agência n. , Operação , Conta Corrente n. , Caixa Econômica Federal. O Requerido deverá, ainda, custear **50% (cinquenta por cento) das despesas de uniforme e material escolares a cada ano letivo**, com a respectiva apresentação dos comprovantes de gastos pela genitora da menor.

Caso o Requerido deixe de exercer atividade laboral com vínculo, os alimentos devem ser fixados em **50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente, a serem depositados até o dia 10 (dez) de cada mês na mesma conta bancária de titularidade da genitora da menor**. O Requerido, também, deverá custear **50% (cinquenta por cento) das despesas de uniforme e material escolares a cada ano letivo**, com a respectiva apresentação dos comprovantes de gastos pela genitora do menor.

V - DO DIREITO:

A obrigação alimentícia está fundamentada num interesse superior, que é a preservação da vida humana e a necessidade de dar às pessoas certa garantia no tocante aos seus meios de subsistência.

Cabe aos pais amparar os filhos, consoante preleciona o art. 229 da Magna Carta, *in verbis*:

Art. 229. “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, na carência ou enfermidade”.

Sobre a prestação alimentícia, dispõe o Código Civil:

"Art. 1694 - Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

Art. 1696 - O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

A obrigação alimentar tem como pilar sólido a fixação do valor da pensão alimentícia na proporção da necessidade de quem a reclama e da possibilidade do alimentante.

Preleciona o Civilista Yussef Said Cahali, que na determinação do quantum, há de se ter em conta às condições sociais da pessoa que tem direito aos alimentos, a sua idade, saúde e outras circunstâncias particulares de tempo e lugar, que influem na medida. (*in* Dos Alimentos, 4ª Edição, Editora dos Tribunais, pág. 726).

Por fim, ao tratar do tema, o Código Civil ampliou o seu campo de abrangência, passando a pensão alimentícia englobar as necessidades para se viver de modo compatível com a condição social do alimentando, ex vi do art. 1694.

Deste modo, na mensuração, além das necessidades básicas de habitação, alimentação, vestuário e saúde, inclui-se o mínimo para o lazer, essencial ao desenvolvimento regular e sadio do alimentado menor.

VI - DOS PEDIDOS:

Pelo exposto, requer:

- a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, em razão da hipossuficiência do Requerente;
- b) que sejam fixados os alimentos provisórios no importe de **30% (trinta por cento) dos rendimentos brutos do genitor**, já deduzidos os descontos obrigatórios (INSS e IRRF), incidentes sobre o 13º salário, as férias e demais verbas remuneratórias, com desconto em folha de pagamento do Requerido e depósito na conta corrente de titularidade da genitora da menor, a saber: **FULANO DE TAL**, CPF nº , Agência n. , Operação , Conta Corrente n. , Caixa Econômica Federal. O Requerido deverá, ainda, custear **50% (cinquenta por cento) das despesas de**

uniforme e material escolares a cada ano letivo, com a respectiva apresentação dos comprovantes de gastos pela genitora da menor;

c) caso o Requerido deixe de exercer atividade laboral com vínculo, os alimentos provisórios devem ser fixados em **50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente, a serem depositados até o dia 10 (dez) de cada mês na mesma conta bancária de titularidade da genitora da menor**. O Requerido, também, deverá custear **50% (cinquenta por cento) das despesas de uniforme e material escolares a cada ano letivo**, com a respectiva apresentação dos comprovantes de gastos pela genitora do menor;

d) a citação do Requerido para apresentar defesa no prazo legal, sob pena de revelia, caso não haja acordo na **audiência de conciliação**, que ora se requer, nos termos **do art. 319, VII do CPC**;

e) seja julgado procedente o pedido para condenar o Requerido a pagar alimentos definitivos na forma requerida como provisória, constante do item **b e c**;

f) Seja oficiado o órgão empregador do requerido para que proceda aos descontos em folha de pagamento, no endereço: ENDEREÇO;

g) a condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF - (art. 3º, da Lei Complementar Distrital nº 908/2016), que deverão ser depositados no Banco XXXXXXXXXXXX

Requer, ainda, provar o alegado pelos documentos juntados aos autos, em especial, o depoimento da parte autora e a oitiva das testemunhas abaixo arroladas.

Atribui-se à causa o valor de R\$ (XXXXX reais) - considerando o salário de R\$

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL

(menor impúbere representado pela genitora)

FULANO DE TAL

DEFENSOR PÚBLICO DO DF